

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 24 de março de 2017.

Edição nº 2104

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

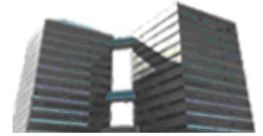
Atos normativos.....	2
Boletins.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	4
Súmulas de contratos.....	5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	5
---------------	---



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N.º 07/2017-PGJ

Estabelece regramento do processo de formação da lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as deliberações tomadas pela Comissão Eleitoral, em reunião ocorrida em 23 de março de 2017, de acordo com a Ata nº 02/2017, constante do Processo Administrativo nº PR.01241.00003/2017-3,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º A eleição eletrônica para formação da lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral de Justiça, gestão 2017/2019, acontecerá no período de **11 a 20 de maio de 2017**.

Parágrafo único. A votação iniciará às **09h (nove horas) do dia 11 de maio** e transcorrerá de forma ininterrupta até às **12h (doze horas) do dia 20 de maio**.

Art. 2º A votação será exclusivamente por meio eletrônico, podendo ser realizada em qualquer computador conectado à rede de informática do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, observados os seguintes procedimentos:

I – o Membro do Ministério Público receberá um e-mail em sua conta institucional (.....@mprs.mp.br), contendo o endereço eletrônico da página de votação, o seu login e sua senha específicos para o processo eleitoral, na data e no horário estipulados para o início da votação;

II – o Membro do Ministério Público deverá acessar a página de votação através do endereço eletrônico fornecido no e-mail e seguir as instruções da página para registrar o seu voto;

III – a cédula eletrônica de votação conterá os nomes dos candidatos inscritos, dispostos em ordem alfabética;

IV – O Membro do Ministério Público, em efetivo exercício, poderá votar em, no máximo, três nomes habilitados à formação da lista tríplice;

V – durante o processo de votação o sistema exibirá a seguinte mensagem: "Eu sou (nome do eleitor) registre meu voto", que deverá ser confirmada pelo eleitor a fim de que seu voto seja registrado com sucesso.

VI – ao final do processo o sistema emitirá a mensagem "Voto registrado com sucesso", o que indica que o voto do eleitor foi corretamente registrado e o procedimento de votação foi encerrado.

§1º Em caso de dificuldade de ordem técnica ao registrar o voto, o usuário poderá realizar o procedimento de votação novamente. Caso persista o erro, deverá entrar em contato com o suporte técnico, através da Unidade de Apoio ao Usuário pelo telefone **(51) 3295-1770**.

Art. 3º Quando o eleitor não selecionar nenhuma opção de voto disponível o sistema de votação considerará 03 (três) votos "em branco". No caso de ser assinalado 01 (um) candidato, serão considerados 01 (um) voto válido e 02 (dois) votos "em branco". Se forem assinalados 02 (dois) candidatos, serão considerados 02 (dois) votos válidos e 01 (um) voto "em branco".

Art. 4º Não será admitido voto por procuração.

Art. 5º Encerrada a votação, a apuração dos votos ocorrerá imediatamente a seguir, de forma eletrônica, na presença da

Comissão Eleitoral, sendo facultada a presença dos fiscais indicados nos termos do artigo 12 do Provimento nº 02/2017.

Art. 6º Apurados os votos, o Presidente da Comissão Eleitoral organizará a lista em ordem decrescente de votação, devendo nela constar o número de votos de cada integrante, o número de votos nulos e brancos e o índice de abstenção, proclamando a composição da lista com os três candidatos mais votados.

§ 1º Em caso de empate no número de votos para compor a lista, obedecer-se-á a antiguidade na carreira. Persistindo o empate terá preferência o mais idoso.

Art. 7º A lista tríplice será entregue ao Governador do Estado pelo Procurador-Geral de Justiça em exercício, acompanhado pela Comissão Eleitoral, no primeiro dia útil após a eleição.

Art. 8º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de março de 2017.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

EDITAL N.º 135/2017– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra., Antônia Victoria Rodrigues, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas promoveu o arquivamento do IC.00824.00002/2017 instaurado com o objetivo de investigar atividade de restaurante sem o devido licenciamento, situado na Av. Dom Joaquim, 463, em Pelotas/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2017.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 136/2017– PGJ

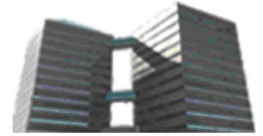
De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno promoveu o arquivamento do IC.00772.00025/2010 instaurado com o objetivo de investigar possível existência de loteamento irregular nas proximidades da Rua Dom Antonio Reis com Fioravante Bagiotto, em Nova Palma/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2017.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 137/2017– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Atidor da Silva Cruz, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Viamão promoveu o arquivamento do IC.00931.00111/2014 instaurado com o objetivo de averiguar possível prática de ato de improbidade administrativa em razão de revelar fato de que tinha conhecimento em razão do cargo, bem como influir na



modificação de Decreto expedido pelo Poder Executivo para favorecimento de terceiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2017.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 138/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. João Carlos da Silva, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul indeferiu a instauração de Inquérito Civil, a cerca de apurar suposta existência de instituição clandestina de longa permanência para Idosos, localizada na Rua Vitor Hugo, n.º 180, bairro Novo Horizonte, em Sapucaia do Sul/RS. A respeito foi instaurado o expediente AT. 001618.00605/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2017.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 139/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Tramandaí indeferiu a instauração de Inquérito Civil, a cerca de apurar suposta situação de risco de idosa (C.da S.C.). A respeito foi instaurado o expediente RD.00915.00072/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2017.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 140/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Adriana dos Anjos Rocha, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Viamão indeferiu a instauração de Inquérito Civil, a cerca de apurar demora em fila de espera de pronto atendimento do hospital de Viamão/RS. A respeito foi instaurado o expediente AT.01548.00541/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2017.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 141/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Ijuí indeferiu a instauração de Inquérito Civil, a cerca de apurar eventual ilegalidade em licitação nos Municípios da Comarca de Ijuí/RS. A respeito foi instaurado o expediente RD.00794.00006/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2017.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 142/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Marau indeferiu a instauração de Inquérito Civil, a cerca de apurar possível atividade potencialmente poluidora sem licença das autoridades competentes. A respeito foi instaurado o expediente RD.00806.00134/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2017.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 143/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Tiago Bordin, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Marau indeferiu a instauração de Inquérito Civil, a cerca de apurar possível irregularidade no concurso público realizado pelo Município de Nova Alvorada para o cargo de médico veterinário. A respeito foi instaurado o expediente RD.01702.00001/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2017.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 144/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí indeferiu a instauração de Inquérito Civil, a cerca de apurar possíveis irregularidades na concessão de função gratificada a servidor. A respeito foi instaurado o expediente RD.00783.00400/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2017.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 145/2017 – PGJ

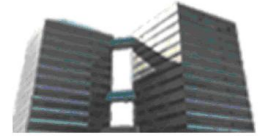
De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Taquari indeferiu a instauração de Inquérito Civil, a cerca de apurar denúncia de construção ao lado de Escola e próxima à Câmara de Vereadores foi iniciada sem aprovação de projeto na Prefeitura Municipal de Taquari e que a área a ser construída trata-se de área de preservação ambiental. A respeito foi instaurado o expediente NF.01902.000.072/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2017.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 146/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno promoveu o



arquivamento do IC.00772.00021/2013 instaurado com o objetivo de investigar possível transtorno aos usuários com a paralisação da obra de pavimentação na estrada RS 348, entre a zona urbana de Faxinal do Soturno e Santos Anjos bem como na localidade de Boca da Picada, Ivorá/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2017.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 147/2017– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os representantes legais da empresa “RVS Engenharia e Construções Ltda”, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul promoveu o arquivamento do IC.00748.00022/2016 instaurado com o objetivo de investigar possíveis irregularidades em contratos celebrados entre Município de Caxias do Sul e empresa de Engenharia.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2017.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 148/2017– PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo PR.00006.00023/2017-8.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de março de 2017.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 149/2017– PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente PR.00006.00026/2017-1.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de março de 2017.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 090/2017

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

EXONERAR

- a pedido, a contar de 27 de março de 2017, a servidora AUGUSTA CARLA KLUG, ID n.º 3787460, do cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe “R”, em virtude de posse em cargo público do Estado de Santa Catarina (Port. 0413/2017).

- a pedido, a contar de 22 de março de 2017, a servidora FERNANDA BONOTTO KREBS, ID n.º 3970990, do cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste órgão (Port. 0768/2017).

CONCEDER

- o abono de permanência, com fulcro no disposto no artigo 40, § 1º, III, “a”, e §§ 3º, 17 e 19 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, artigo 158 da Lei Estadual Complementar n.º 10.098/1994, e artigo 3º da Instrução Normativa n.º 03/2011, ao servidor ARAJANE BENITES SILVA, Secretário de Diligências, ID n.º 3436209, a contar de 24 de janeiro de 2017, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00576.00106/2017-1 - Port. 0723/2017).

REVOGAR

- a contar de 01 de fevereiro de 2017, a Portaria n.º 1530/2016, que reduziu a carga horária do servidor LUCIANO DA ROCHA CORRÊA, Biólogo, ID n.º 3726053, para 20 (vinte) horas semanais, nos termos do art. 7º da lei nº 7.253/79 (PR.01327.00113/2016-9 - Port. 0753/2017).

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 01 (um) mês de licença-prêmio, não fruída, do servidor CLÉBER SMANIOTTO BAPTISTA, Secretário de Diligências, ID n.º 3385108, registrada no Boletim n.º 13, publicado no DEMP de 10/01/2008, referente ao quinquênio de efetividade de 16/12/2002 a 14/12/2007, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 20/03/2017 - PR.01516.00045/2017-2 - Port. 0766/2017).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 03 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, do servidor CLÉBER SMANIOTTO BAPTISTA, Secretário de Diligências, ID n.º 3385108, registrada no Boletim n.º 162, publicado no DEMP de 15/04/2015, referente ao quinquênio de efetividade de 19/03/2010 a 17/03/2015, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 20/03/2017 - PR.01516.00045/2017-2 - Port. 0767/2017).

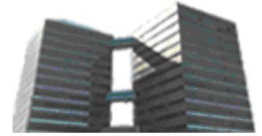
CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 07/03/2017, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe “R”, VINICIUS SANTOS BAZZI, tendo entrado em exercício em 23/03/2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de março de 2017.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE
 DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
 CO 33701**

CONTRATADA: TECSYS ENGENHARIA LTDA. S/S - ME;
OBJETO: inscrição de servidor no curso “Engenharia de Avaliações Imobiliárias – Módulo II - Avançado”, a ser realizado no período de 26 a 28 de abril do ano em curso, em Porto Alegre/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 990,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 21 de março de 2017, pela Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dra. Ana Cristina Cusin Petrucci.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de março de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA
 USO DE VEÍCULO PARTICULAR
 PR.00859.00005/2016-5**

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **JOSÉ EDUARDO GONÇALVES**, ID n.º 3424561; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IXT2474, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013;
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 23 de março de 2017.
ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,
 Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**APOSTILA
 PROCESSO Nº 001931-09.00/14-0**

CONTRATADA: DBSERVER ASSESSORIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA.; **OBJETO:** apostilamento do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG nº 64/14, que tem como objeto a prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados em regime de fábrica de software, de consultoria técnica especializada e de mentoring em metodologia ágil, para fazer constar que o preço mensal dos serviços prestados, reajustados, a contar de novembro de 2016, com base na variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de 8,78%, passa a ser:

Plataformas Tecnológicas	Preço por Ponto de Função
Plataforma JAVA – Ciclo Ágil (P3)	R\$ 763,20
Plataforma JAVA – Ciclo Orientado ao Planejamento (P4)	R\$ 763,20
Serviços	Preço por hora de Consultoria
Consultoria Técnica Especializada na Plataforma JAVA (C2)	R\$ 144,25
Mentoring em Metodologia Ágil (C5)	R\$ 144,25

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como cláusula quinta do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de março de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 41/2017

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00743.00003/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Carazinho. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Rosângela Mazzuco. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho. **OBJETO:** Investigar eventual improbidade administrativa em relação aos pagamentos vinculados ao evento Festival Seara da Canção, por indevida dispensa de licitação, por pagamento de material e serviço não recebido e por adiantamento de valores a Secretário Municipal, em Carazinho, RS.
INVESTIGADO(S): Vitor Antônio Xavier de Moraes, brasileiro, casado, aposentado, CPF nº 424.065.440-87, RG nº 66266 BM RS. **LOCAL DO FATO:** Carazinho.

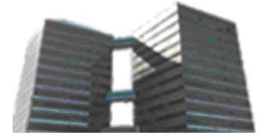
TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º 00904.00001/2017. Promotoria de Justiça de Sarandi. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Rafael de Lima Riccardi. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sarandi. **OBJETO:** Objeto do Expediente: Apurar irregularidades na concessão e na fiscalização de programas habitacionais mantidos pelo Município de Sarandi/RS. Nome das Partes: **MUNICÍPIO DE SARANDI** na pessoa do Prefeito Municipal **LEONIR CARDOZO** (inscrito no CNPJ nº 97.199.392/0001-00 localizada na Avenida Expedicionário, nº 92, Ed. Por do Sol, sala 01, nesta cidade). **INVESTIGADO(S):** Município de Sarandi. **LOCAL DO FATO:** Sarandi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00852.00018/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** José Alexandre da Silva Zachia Alan. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. **OBJETO:** Apurar possível descarte irregular no final da Avenida Buarque de Macedo. **INVESTIGADO(S):** Município do Rio Grande. **LOCAL DO FATO:** Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00765.00001/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Espumoso. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Suzane Hellfeldt. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Espumoso. **OBJETO:** Apurar a ocorrência de ato de improbidade administrativa decorrente de fraude no concurso público realizado no Município de Espumoso, regulado pelo Edital nº 001/2015, executado pela



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 24 de março de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2104

empresa Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda. e pelo Município de Espumoso/RS. INVESTIGADOS(S): Derly Helder e Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda. - Epp LOCAL DO FATO: Espumoso.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00824.00019/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Barbosa de Borba. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. OBJETO: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa na atuação de médico junto ao Pronto Socorro de Pelotas. INVESTIGADO(S): Jorge Luis Xavier Moshoutis LOCAL DO FATO: Pelotas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01748.000.001/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Wilson Luis Grezzana. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. OBJETO: Uso indevido de dependências de centro de múltiplo-uso na cidade de Morro Reuter/RS. Improbidade administrativa. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Morro Reuter.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00910.00007/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapes. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Plínio Castanho Dutra. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapes. OBJETO: Apurar eventual improbidade no processo de licitação/pregão eletrônico nº 0011/2016, pelo Município de Sentinela do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Sentinela do Sul LOCAL DO FATO: Sentinela do Sul.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01203.00011/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniele Schneider. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: Possíveis irregularidades na contratação da empresa Cisal Construções e Instalação de Satélites Ltda. pela SULGÁS Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul, através do contrato ENG-2013-31/13, decorrente do processo de licitação nº 000650-04.91/12-6, Edital 12/2012, no valor de 18.074.703,10 (dezoito milhões, setenta e quatro mil, setecentos e três reais e dez centavos). Autor da Representação: Petróleo Brasileiro S.A Petrobrás. INVESTIGADOS(S): Cisal - Construções e Instalações Satélites Ltda., Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, Elvis Piccoli Vargas, Flavio Ricardo Soares de Soares e Tiago Marchese. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01910.000.039/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três de Maio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Zimmer. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três de Maio. OBJETO: Fraude no Concurso Público nº 001/2016 da Prefeitura Municipal de Alegria/RS.. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Alegria, Legalle Concursos E Soluções Integradas Ltda. LOCAL DO FATO: Alegria.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: INQUÉRITO CIVIL. N.º DO PROCEDIMENTO:

00936.00020/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Flávio Brenner da Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor De Justiça Da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre. OBJETO: Estreitamento de via pública na linha cereja, município de Arroio do Tigre, decorrente da destruição parcial de bueiro e da realocação de cerca de propriedade rural do sr. Carlos Bichoff para dentro dos limites da faixa de domínio da via pública. INVESTIGADO(S): Poder Executivo de Arroio do Tigre e Carlos Augusto Bischoff. LOCAL DO FATO: Arroio do Tigre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 01203.00025/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniele Schneider. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: Apurar eventual irregularidade (existência ou não de convênio) na realização de estágios no Hospital Psiquiátrico São Pedro por alunos do Centro de Estudos José Barros Falcão. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00884.00005/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lisiane Villagrande Veríssimo da Fonseca. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Gabriel. OBJETO: Irregularidades na exploração publicitária em "guard rails" instalados no Município de São Gabriel. INVESTIGADOS(S): Marcelo Pereira Garcia Me e Prefeitura Municipal de São Gabriel LOCAL DO FATO: São Gabriel.

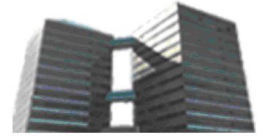
TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00931.00027/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes do corte e venda de árvores na área do Hospital Colônia de Itapuã. INVESTIGADO(S): João Carlos Winckler Arena LOCAL DO FATO: Viamão.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00829.00050/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Nilson de Oliveira Rodrigues Filho. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Prática de improbidade administrativa consistente na acumulação indevida dos cargos de Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Diretora-Presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental, além de diversas outras irregularidades referentes à gestão da referida pasta que geraram prejuízo ao erário. INVESTIGADO(S): Ana Maria Pellini. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00829.00021/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Nilson de Oliveira Rodrigues Filho. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 24 de março de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2104

OBJETO: Apurar prática de ato de improbidade administrativa pela atual Secretária do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio Grande do Sul, Ana Maria Pellini, consistente na acumulação indevida de seu cargo na referida Secretaria, ao mesmo tempo em que exerce a Direção – Presidência da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM
INVESTIGADO(S): Ana Maria Pellini LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00829.00019/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Nilson de Oliveira Rodrigues Filho. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Investigar atos de improbidade administrativa nas contratações, por parte da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCEMPA, da empresa Gregory S. Lagranha e Cia. Ltda. INVESTIGADOS(S): Andre Imar Kulczynski, Ayrton Gomes Fernandes, Giorgia Pires Ferreira, Gregory Franceschi Gomes, João Carlos Ferrer Feijo e José Gabriel Lagranha. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00824.00016/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Barbosa de Borba. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. OBJETO: Apurar eventual ato de improbidade administrativa em decorrência da contratação pelo Município de Pelotas, sob a modalidade de inexigibilidade de licitação, do Instituto de Desenvolvimento Gerencial S/A. INVESTIGADO(S): Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite e Instituto de Desenvolvimento Gerencial S/A. LOCAL DO FATO: Pelotas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00728.00007/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Débora Jaeger Becker. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. OBJETO: Investigar a precariedade das estradas que dão acesso à localidade do Alto dos Casemiros, devido à omissão do Município de Cachoeira do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Cachoeira do Sul. LOCAL DO FATO: Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00829.00018/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Nilson de Oliveira Rodrigues Filho. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Investigar atos de improbidade administrativa nas contratações, por parte da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCEMPA, da empresa AMG Marcenaria Ltda. INVESTIGADOS(S): Alcides Monteiro Guimarães, Andre Imar Kulczynski, Ayrton Gomes Fernandes, Giorgia Pires Ferreira e João Carlos Ferrer Feijo. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00829.00020/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA

RESPONSÁVEL: Nilson de Oliveira Rodrigues Filho. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Investigar atos de improbidade administrativa nas contratações, por parte da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCEMPA, da empresa Dadutty Representação Comercial Ltda. INVESTIGADOS(S): Andre Imar Kulczynski, Ayrton Gomes Fernandes, Celito Rebelato Júnior, Giorgia Pires Ferreira e Gregory Franceschi Gomes. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00829.00017/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Nilson de Oliveira Rodrigues Filho. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Investigar atos de improbidade administrativa nas contratações, por parte da PROCEMPA, das empresas Mídia Sul Serviços Ltda. e Gráfica Sol Nascente INVESTIGADOS(S): Adriana Beatriz Nunes Boniatti, Andre Imar Kulczynski, Ayrton Gomes Fernandes, Carlos Alexandre Giacomuzzi, Christian Meirelles, Clarisse Rosi Lemos da Costa, Gerusa Goulart Maciazeki Bittencourt, Giorgia Pires Ferreira, Gustavo Souza Machado, João Carlos Ferrer Feijo e Matusalem Marcelino Alves. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01688.000.145/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Augusto. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcélio da Silva Serafim Preis. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto. OBJETO: Apuração de irregularidades no Concurso Público nº 01/2012, promovido pelo Município de São Valério do Sul. INVESTIGADO(S): Clovis Tabora Padilha, Instituto Trindadense de Administração Municipal SS LTDA. LOCAL DO FATO: São Valério do Sul.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de Março de 2017.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR, Coordenador do Cao Cível e de Defesa do Patrimônio Público. De acordo,
FABIANO DALLAZEN, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

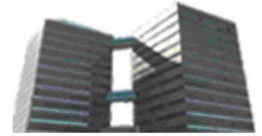
BOLETIM N.º 46/2017

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00813.00013/2014. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Prata. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucio Flavo Miotto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata. OBJETO: Apuração de irregularidades na doação de terrenos a empresas de que são sócios Vereador e o filho do então Secretário das Finanças. INVESTIGADOS(S): Luciano Toscan e Rogério Marcos Dall'agnol LOCAL DO FATO: Nova Prata.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 24 de março de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2104

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01816.000.134/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Portão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pietro Chidichimo Junior. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Portão. OBJETO: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, em razão de irregularidades relacionadas com pedido de aditamento contratual de itens não constantes no projeto original da obra de ampliação da UBS Central do Município de Capela de Santana. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Capela de Santana.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00852.00056/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: Apurar a contratação de estagiários por meio de agente de integração, vigilância e serviços de portaria terceirizada pela Câmara. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00882.00059/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: BRUNO PEREIRA PEREIRA. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: Apurar transferência de permissões de táxis sem licitação pelo município de São Francisco de Paula/rs. INVESTIGADO(S): Município de São Francisco de Paula. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00852.00022/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades na contratação dos serviços de vigia - armada e desarmada, prestados pelas empresas GN Ltda. e Comseg. INVESTIGADO(S): Câmara de Vereadores do Rio Grande. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00852.00056/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: Apurar a contratação de estagiários por meio de agente de integração, vigilância e serviços de portaria terceirizada pela Câmara. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01211.00003/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luis Cesar Gonçalves Balaguez. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório. OBJETO: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa consistente na utilização de máquinas, bens e servidores públicos, para a abertura/manutenção de estrada particular em loteamento irregular, situado nas proximidades da OS-010,

Km 11,3, em Osório. INVESTIGADO(S): Secretário Municipal de Obras de Osório. LOCAL DO FATO: Osório.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00882.00063/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: Investigar irregularidades no evento Rodeio Terra dos Cânions realizado pelo Município de Cambará do Sul/RS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00882.00062/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: Apurar suspeita de irregularidade quanto ao recebimento de multas em outros Estados pelo veículo SPIN, Chevrolet, placas IUU2651, de propriedade do Município de São Francisco de Paula. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00882.00061/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: Investigar superfaturamento na compra de peças para manutenção de caminhão da Secretaria de Obras através da Nota de Empenho n.º 4408/2013. INVESTIGADOS(S): Gustavo Ivan Tarradt Vilela e Silo Cezar Dall Osto. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

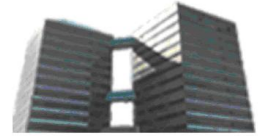
TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01808.000.008/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Pedro Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luana Rocha Ribeiro. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pedro Osório. OBJETO: denúncia realizada no serviço de atendimento ao cidadão, a qual dá conta, em tese, de ato de nepotismo na Prefeitura de Pedro Osório, em que o Prefeito nomeou o sobrinho para Chefe de Gabinete. INVESTIGADO(S): Moacir Otílio Alves. LOCAL DO FATO: Prefeitura de Pedro Osório.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00865.00004/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carlos Augusto Cardoso Moraes. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Verificar possível descumprimento dos compromissos impostos à empresa Atacadão Distribuição, Indústria e Comércio Ltda., CNPJ 75.315.333/0001-09, para usufruir dos incentivos fiscais previstos na Lei Municipal n.º 5.294, de 9 de abril de 2010, neste município de Santa Maria. Investigado: Atacadão Distribuição, Indústria e Comércio Ltda., CNPJ 75.315.333/0001-09. Local do fato: Santa Maria.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00779.00013/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: César Augusto Pivetta Carlan. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - César Augusto Pivetta Carlan. OBJETO: Apuração de eventual irregularidade no repasse de valores ao



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 24 de março de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2104

Município de São Vicente do Sul, referente a verba oriunda do Fundo Nacional de Saúde, destinado ao pagamento de salário dos agentes comunitários de saúde e/ou, ainda, para realização de cursos a estes, em circunstâncias a caracterizar, em tese, a prática de atos ímprobos INVESTIGADO(S): Fernando da Rosa Pahim LOCAL DO FATO: São Vicente do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00931.00029/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Bussmann Cabeda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Investigar a ocorrência de ato de improbidade administrativa, consistente na contratação, por indevida dispensa de licitação, da empresa RBS Zero Hora Editora Jornalística LTDA., para publicação do jornal "Boas Notícias", nos anos de 2010/2012. INVESTIGADOS(S): Alex Sander Alves Boscaini, Rbs Zero Hora Editora Jornalística S.A. e Robinson Duarte de Souza LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00852.00019/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: Apurar possível lesão ao patrimônio público da Santa Casa. INVESTIGADOS(S): Município de Rio Grande e Santa Casa de Rio Grande. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01203.00028/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniele Schneider. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: Possíveis irregularidades na utilização de símbolos e imagens de vereadores em serviços gráficos e impressos pela Câmara Municipal de Porto Alegre INVESTIGADO(S): Cleiton Silvestre Munhoz de Freitas (Delegado Cleiton). LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00791.00007/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Justiça de Horizontina. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruna Maria Borgmann. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Horizontina. OBJETO: Improbidade Administrativa. LOCAL: Câmara De Vereadores, Rua Balduino Schneider, 375 - Horizontina-RS. INVESTIGADOS(S): Alessandro Rafael dos Santos e Zuleica Joseli Savicki Wehner. LOCAL DO FATO: Horizontina.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01203.00027/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniele Schneider. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: Possíveis irregularidades na utilização de símbolos e imagens de vereadores em serviços gráficos e impressos pela Câmara Municipal de Porto Alegre INVESTIGADO(S): Cláudio Renato Guimarães da Silva (Cláudio Janta) LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00718.00010/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Rafael Morosin Rodrigues. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETOS: 1) Caça De Duas Capivaras, Sem Licença Do Órgão Ambiental Competente 2) Improbidade Administrativa. INVESTIGADOS: Elisandro Ferraz Dias, Alan De Tal (SOLDADO DO 6º RPMON). LOCAL DO FATO: BAGÉ.

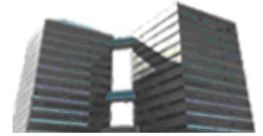
TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00716.000.017/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arroio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Maria Scholl Levien. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio Grande. OBJETO: Apurar irregularidade no afastamento da servidora Jocelena Rodrigues Soares, na medida em que se afastou do cargo efetivo para concorrer a cargo eletivo e não instruiu o requerimento de registro de candidatura com a documentação necessária. INVESTIGADO(S): Jocelena Rodrigues Soares. LOCAL DO FATO: Arroio Grande.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00829.00060/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Nilson de Oliveira Rodrigues Filho. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Possíveis ilegalidades no pagamento de Diárias aos Deputados Estaduais do Rio Grande do Sul, em desrespeito à Resolução nº 3.083/2011 e Resolução de Mesa n. 1.093/2011. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00891.00009/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandra Carniel Antonio. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: Apurar irregularidades no concurso público para provimento do cargo de engenheiro químico do SEMAE - edital nº 01/2016. INVESTIGADOS(S): Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências - Fundatec e Semae. LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00850.00013/2012. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Quaraí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Eduardo Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Quaraí. OBJETO: Investigar suposta irregularidade no cumprimento da carga horária do servidor público municipal Mário Augusto Teixeira de Souza, atualmente lotado na Câmara Municipal de Quaraí. INVESTIGADOS(S): João Carlos Vieira Gediel e Mario Augusto Teixeira de Sousa. LOCAL DO FATO: Quaraí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00891.00010/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandra Carniel Antonio. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: Apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa pelo servidor Fabiano Mauri Teixeira. INVESTIGADO(S):



Fabiano Mauri Teixeira LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00891.00012/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandra Carniel Antonio. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: Apurar a inversão da ordem cronológica de pagamento de credores do município de São Leopoldo entre os anos de 2013 e 2016. INVESTIGADO(S): Município de São Leopoldo. LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00718.00008/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Rafael Morosin Rodrigues. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETO: Avaliar eventual abusividade do aumento dos preços da tarifa do transporte coletivo urbano de Bagé. INVESTIGADO(S): Município de Bagé, Anversa & Cia. Ltda. E Stadtbuss Transportes Coletivos. LOCAL: Bagé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00815.00002/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Manoel Luiz Prates Guimarães. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. OBJETO: Apurar irregularidades na administração dos servidores da FSNH. Parte: Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo FSHN, Secretaria Municipal de Saúde De Novo Hamburgo, Simone Zucolotto. INVESTIGADOS(S): Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo Fsnh, Secretaria Municipal de Saúde de Novo Hamburgo e Simone Zucolotto LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 23 de Março de 2017.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,
Coordenador do Cao Cível e de Defesa do Patrimônio Público.
De acordo,

FABIANO DALLAZEN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.